



Iluminação pública de Sto. André receberá R\$ 48 mi até dezembro

Governo Gilvan destinou R\$ 30 milhões ao longo de 2025 e prevê mais R\$ 18 milhões na modernização do sistema e cidade se toma referência

BRUNO COELHO
brunocoelho@dgabc.com.br

Santo André espera investir R\$ 48 milhões na modernização da iluminação pública até o fim de 2026. Segundo a gestão do prefeito Gilvan Ferreira (Cidadania), já foram aplicados cerca de R\$ 30 milhões desde 2025, com previsão de outros R\$ 18 milhões até dezembro, ampliando o sistema de LED, automação e eficiência energética. O volume de recursos no setor ajudou a consolidar o município como referência, colocando-o na rota para ser sede do CPIIC (Congresso Paulista de Iluminação e Cidades do Futuro), nos dias 9 e 10 de junho.

De acordo com a Prefeitura de Santo André, além da substituição das luminárias convencionais por LED, iniciada em 2017, o município ampliou de 48 mil para cerca de 52 mil pontos de luz. O investimento

em tecnologia permitiu à cidade aumentar o número de locais iluminados, enquanto, por outro lado, reduzia os gastos mensais com energia elétrica de R\$ 1,6 milhão para cerca de R\$ 1,2 milhão mensais. Caso não houvesse as trocas, considerando os reajustes tarifários no período, o custo poderia ultrapassar R\$ 3 milhões por mês.

Foi este cenário que colocou Santo André na rota da segunda edição do CPIIC, principal evento do Brasil voltado a gestores públicos e privados para debater iluminação pública inteligente, transição energética, políticas públicas e tecnologias para cidades sustentáveis e resilientes. O congresso será realizado no Parque Tecnológico a partir da próxima terça-feira, reunindo especialistas nacionais e internacionais que discutirão tendências, soluções e desafios ligados ao setor, atrelados à conectividade

e à transformação digital.

“A escolha de Santo André para receber o congresso não é por acaso. A cidade se consolidou como uma das principais referências do País em iluminação pública inteligente e eficiência energética. Desde o início da substituição das luminárias convencionais por LED, em 2017, o município ampliou seu parque de iluminação e, mesmo assim, reduziu o gasto mensal com energia elétrica. Além da economia de energia, a modernização tornou o sistema mais confiável”, destacou Gilvan.

A eficiência citada pelo prefeito tem como base também a queda de chamadas de manutenção dos pontos de iluminação pública, entre 2022 e 2025. Segundo o Paço, as ocorrências caíram de aproximadamente 17 mil para 12 mil por ano, uma redução de cerca de 30%, reflexo direto da substituição das luminárias conven-



GILVAN. Cita redução de gastos

cionais por LED.

Outra estratégia destacada pelo governo andreense para o quadro energético são as quatro usinas fotovoltaicas que produzem cerca de 585 megawatt-hora por mês, volume suficiente para compensar aproximadamente 90% do consumo de energia elétrica dos prédios públicos da Saúde e da Educação, o que equivale a uma economia anual de R\$ 4 milhões. Com vida útil estimada em 30 anos, os equipamentos representam um modelo de sustentabilidade financeira e ambiental para as cidades brasileiras.

O CPIIC é realizado pela GHM Solutions - empresa voltada à estratégia, expertise, conexões e comunicação ao mercado de energia -, com apoio da Prefeitura de Santo André e do Parque Tecnológico.

Quando o machismo perde, a democracia vence

O episódio ocorrido nesta semana na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo vai muito além de uma divergência política ou de um embate parlamentar. Não se trata de esquerda ou direita, de governo ou oposição, tampouco de concordar ou discordar do tema debatido na reunião. O que esteve em evidência foi algo mais profundo: o respeito às instituições e, sobretudo, o respeito às mulheres que ocupam espaços de liderança.

A democracia pressupõe o debate. O contraditório é parte essencial da atividade política. Parlamentos existem justamente para que ideias diferentes possam se confrontar de forma civilizada, respeitosa e dentro das regras estabelecidas. Quando esse limite é ultrapassado e a divergência dá lugar à intimidação, ao desrespeito ou à tentativa de constranger quem exerce legitimamente uma função de autoridade, não estamos diante de um simples conflito político. Estamos diante de um problema que precisa ser enfrentado pela sociedade.

Foi nesse contexto que a deputada estadual Ana Carolina Serra demonstrou firmeza, equilíbrio e maturidade ao conduzir os trabalhos da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa. Na condição de presidente da comissão, cumpriu rigorosamente seu papel institucional, preservando a ordem dos trabalhos e garantindo o respeito ao Regimento Interno da Casa.

O que deveria ser algo absolutamente natural — uma mulher exercendo a autoridade conferida pelo cargo que ocupa — infelizmente ainda desperta reações incompatíveis com os tempos em que vivemos. Isso revela que o machismo continua presente em muitos ambientes, inclusive em espaços que deveriam dar exemplo à sociedade.

A presença feminina na política brasileira cresceu nas últimas décadas, mas ainda enfrenta obstáculos que vão muito além das disputas eleitorais. Mulheres são frequentemente submetidas a questionamentos, interrupções, ataques pessoais e tentativas de deslegitimar sua autoridade de uma forma que raramente ocorre com homens que ocupam posições equivalentes.

Essa realidade não afeta apenas as mulheres que estão na política. Ela envia uma mensagem negativa para todas aquelas que desejam ocupar espaços de liderança na sociedade, seja no setor público, no setor privado, na academia ou em qualquer outra área. Por isso, cada episódio de desrespeito precisa ser debatido e enfrentado.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que a melhor resposta ao preconceito não é o confronto estéril, mas a demonstração de competência, serenidade e preparo. Foi exatamente isso que ocorreu. Diante das tentativas de tumulto e interrupção, prevaleceram a autoridade institucional, o equilíbrio e o respeito às regras democráticas.

Esse episódio também nos convida a uma reflexão mais ampla. O Brasil avançou muito em diversas áreas, mas ainda convive com comportamentos que não podem mais ser tolerados. O respeito às mulheres não pode ser uma bandeira de ocasião nem uma pauta restrita a determinados grupos. Trata-se de um valor democrático fundamental.

Uma sociedade verdadeiramente moderna é aquela que reconhece as pessoas por sua capacidade, por seu trabalho e por sua contribuição coletiva, independentemente de gênero. Quando uma mulher é desrespeitada por exercer uma função de liderança, não é apenas ela que é atingida. É a própria ideia de igualdade que sofre um ataque.

Felizmente, há momentos em que os fatos falam mais alto do que qualquer discurso. E o que ficou evidente ao final daquele episódio foi que a autoridade legítima prevaleceu sobre a tentativa de intimidação. A institucionalidade venceu o tumulto. O respeito venceu o desrespeito.

Por isso, a principal lição que permanece não é sobre uma vitória individual ou uma derrota pessoal. É sobre um valor que precisa ser reafirmado diariamente em nossa sociedade: ninguém deve ser diminuído, constrangido ou desrespeitado por ocupar legitimamente um espaço de liderança.

Ao final, a conclusão é simples e poderosa. Não foi uma deputada que venceu uma discussão. Foi o respeito que venceu a intolerância. Foi a democracia que venceu a intimidação. E foi o machismo que saiu derrotado.

Paulo Serra é especialista em gestão pública, professor universitário, presidente estadual do PSDB e foi prefeito de Santo André de 2017 a 2024.

DIADEMA

Escola do Legislativo quer ampliar alcance aos moradores

FELIPE DELMONDES
Especial para o Diário
felipedelmondes@dgabc.com.br

A Câmara de Diadema aposta na formação como ferramenta para qualificar a gestão pública e aproximar o Parlamento da população. Reformulada pela atual gestão, a Escola do Legislativo e Cidadania passou a ampliar suas atividades e prepara uma nova fase voltada diretamente aos moradores, com cursos gratuitos de empreendedorismo, formação política para jovens e inclusão digital para idosos.

Criada em 2024, a iniciativa ganhou novo impulso neste ano e passou a incorporar o conceito de cidadania em sua

atuação. Segundo o presidente da Câmara e diretor da escola, Rodrigo Capel (PSD), o objetivo é transformar o espaço em um centro permanente de capacitação para agentes públicos e cidadãos. “A Escola do Legislativo é o braço de formação e capacitação da Câmara. Encontramos uma estrutura que existia no papel, mas praticamente sem atividades. A proposta foi transformá-la em um espaço vivo de qualificação”, afirmou o vereador.

Em parceria com o Instituto Iter, o Parlamento iniciou uma série de ações voltadas a vereadores, assessores e servidores. Entre os temas abordados, estão governança pública, gestão municipal, políticas públicas e legislação. A aula magna do curso de Governança Pública Aplicada à Gestão Municipal contou com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e vice-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), André Mendonça.

A próxima etapa do projeto será voltada ao público exter-



CAPEL. ‘Legislativo é Casa do povo’

no. Segundo o chefe do Legislativo, os cursos terão certificação gratuita e devem contemplar áreas como empreendedorismo, mercado de trabalho, cidadania e formação política aos jovens. “Uma Escola do Legislativo que só olha para dentro cumpre meta-de da sua missão. O Legislativo é a Casa do povo, e nada mais natural do que abrir as portas ao cidadão”, declarou.

A proposta é avaliada positivamente pelo professor de políticas públicas da UFABC (Universidade Federal do ABC) Ivan Filipe. “Esses cursos são muito positivos para aumentar uma participação mais sofisticada e a compreensão dos processos políticos. Ajudam os cidadãos a entender como funciona o sistema político brasileiro e a importância da participação na vida pública”, afirmou o docente.

Capel afirma que a meta é transformar a iniciativa em uma referência regional. “Se mantivermos essa consistência, com cursos sérios, professores de referência nacional e formação aberta ao servidor e ao cidadão, a Escola do Legislativo de Diadema pode se tornar uma referência no Grande ABC”, concluiu.

PUBLICIDADE LEGAL

▼ Câmara Municipal de Santo André

EDITAL DE CHAMAMENTO À POPULAÇÃO DE SANTO ANDRÉ

A Câmara Municipal de Santo André, de acordo com o disposto no artigo 48, parágrafo 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e aos artigos 43, II e 44 do Estatuto da Cidade, convida os munícipes andreenses a participar da Audiência Pública, que será realizada no Plenário do Legislativo no próximo dia 8 de junho de 2026, segunda-feira, às 15 horas, a fim de debater o Projeto de Lei nº 13/2026, de autoria do Executivo Municipal, que estabeleça as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santo André, para o exercício de 2027.

A apresentação disponibilizará espaço dedicado à participação presencial do público e se dará também de forma virtual, no canal da TV Câmara de Santo André pelo site www.youtube.com e pela página da internet www.cmsandre.sp.gov.br (TV Câmara).

Perguntas direcionadas à Mesa sobre o tema poderão ser enviadas pelo e-mail eventos@cmsandre.sp.gov.br, contendo nome completo, R.G. e endereço, até o dia 5 de junho de 2026.

Câmara Municipal de Santo André, 27 de maio de 2025, 473º ano da fundação da cidade.

CARLOS ROBERTO FERREIRA
Presidente

Processo CM nº 3811/2026
IBL/IGS.